

MUNICÍPIO DE ALIJÓ**Aviso n.º 20273/2026/2**

Sumário: Designação em comissão de serviço do licenciado Joni Sousa Rodrigues para o cargo de dirigente intermédio de 3.º grau — chefe da Unidade de Contratação Pública.

José Rodrigues Paredes, Presidente da Câmara Municipal de Alijó, faz público que na sequência do procedimento concursal para o provimento do cargo de direção intermédia de 3.º grau para a Unidade de Contratação Pública, aberto pelo Aviso n.º 3028/2026/2, publicitado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 30, de 12 de fevereiro de 2026, e na Bolsa de Emprego Público pela oferta OE202602/0400, e ainda na página eletrónica da Autarquia, e nos termos das Leis n.ºs 2/2004 de 15 de janeiro e 49/2012, de 29 de agosto, nas suas atuais redações, foi designado em comissão de serviço pelo período de três anos, com efeitos a 1 de agosto de 2026, licenciado Joni Sousa Rodrigues, para exercer o cargo de direção intermédia de 3.º grau — Chefe da Unidade de Contratação Pública.

3 de agosto de 2026. — O Presidente da Câmara Municipal de Alijó, José Rodrigues Paredes.

Nota curricular

Nome: Joni Rodrigues

Habilitações académicas:

Doutorando em “Desenvolvimento, Sociedades e Territórios”, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (fase letiva concluída em 2023);

Mestre em Direito Judiciário pela Escola de Direito da Universidade do Minho (2020);

Licenciado em Direito pela Escola de Direito da Universidade do Minho (2018).

Experiência profissional:

Desde janeiro de 2026 — Técnico Superior Jurista afeto à equipa de projeto com intervenção no apoio jurídico e auxílios de Estado do Secretariado Técnico de Auditoria e Controlo do Programa Regional Norte 2030 inserido na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, I. P. (CCDR-N), exercendo funções de assessoria jurídica, designadamente em matérias de contratação pública, fundos europeus, regulamentação, consultoria jurídica e contencioso;

Junho de 2021 a dezembro de 2025 — Técnico Superior Jurista no Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF), exercendo funções nas áreas disciplinar, contraordenacional, contencioso administrativo e consultoria jurídica, assegurando igualmente a elaboração de pareceres jurídicos e o patrocínio judicial da entidade.

Setembro de 2018 a maio de 2021 — Advogado-estagiário e, após agregação, Advogado.

Outros elementos relevantes:

Agregado à Ordem dos Advogados (2020), com inscrição atualmente suspensa por incompatibilidade decorrente do exercício de funções públicas;

Autor de publicação científica sob o tema “Poder Sancionatório Desportivo” na obra *Compêndio de Direito do Desporto da Coordenação do Doutor Alexandre Miguel Mestre* (2021);

Distinguido com o Prémio Nacional PNED 2021 para Investigação sobre Ética no Desporto.

Frequência com aproveitamento em formação profissional especializada, designadamente nas áreas da Administração Pública, contratação pública, e fundos europeus.

320030123